

**LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO
MODELO DE AÇÃO EM TEMPO REAL**

**CLIMATE LITIGATION IN BRAZIL: BUILDING A NEW MODEL OF REAL-TIME
ACTION**

Thiago Giovanni Romero ¹
Francielli Alice Nunes Coutinho ²

Palavras-chave: litigância climática. Brasil. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Geral da União. Mudanças climáticas. Direito internacional.

¹ Doutor em Direito Internacional e Comparado (USP). Mestre em Direito (UNESP). Especialista em Direito Internacional (PUCSP). Professor e advogado.

² Graduada em Direito. Advogada.

1. Introdução

A litigância climática é um fenômeno global que tem ganhado atenção nos últimos anos, com países e organizações internacionais buscando meios de proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas. No Brasil, a construção de uma litigância climática em tempo real é um desafio que envolve a cooperação entre os gabinetes específicos do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Geral da União. Esta construção foi evidenciada e discutida durante 167 Período Ordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ocorrida na cidade de Brasília, no Brasil. Assim, este resumo buscará apresentar um panorama geral da construção da litigância climática no Brasil, destacando as principais características e desafios enfrentados por essas instituições, a fim de averiguar sua participação na construção da agenda temática.

2. Desenvolvimento

A litigância climática no Brasil é caracterizada pela cooperação entre os gabinetes específicos do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Geral da União. Essas instituições trabalham em conjunto para identificar e processar casos relacionados às mudanças climáticas, buscando proteger o meio ambiente e os direitos humanos afetados por essas mudanças.

O Ministério Público, por meio dos procuradores-gerais e os procuradores-adjuntos, trabalha em estreita colaboração com as outras instituições para identificar e processar casos que envolvem violações à legislação ambiental e às diretrizes internacionais sobre mudanças climáticas. Além disso, o Ministério Público também fornece apoio técnico e jurídico às outras instituições, ajudando a fortalecer a litigância climática no país.

Por sua vez, a Defensoria Pública também desempenha um papel importante na litigância climática no Brasil. Os defensores públicos trabalham em conjunto com os procuradores-gerais e os procuradores-adjuntos para proteger os direitos humanos e os interesses das comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas. Além disso, a Defensoria Pública também fornece apoio técnico e jurídico às comunidades mais vulneráveis, ajudando a garantir que seus direitos sejam respeitados.

Já a Advocacia Geral da União (AGU) fornece apoio técnico e jurídico às instituições envolvidas na litigância climática, ajudando a fortalecer a defesa do Estado brasileiro em casos relacionados às mudanças climáticas. Além do mais, a AGU também trabalha em estreita colaboração com as outras instituições para desenvolver estratégias e políticas públicas que combatam as mudanças climáticas.

A construção da litigância climática no Brasil enfrenta vários desafios e limitações. Um dos principais desafios é a falta de recursos financeiros e humanos para apoiar a litigância climática. Outrossim, a litigância climática também enfrenta resistência política e social, especialmente por parte de setores que negam ou minimizam o impacto das mudanças climáticas.

Ressalta-se que, as alterações climáticas têm ganhado força não só no Brasil, mas no mundo, pois se tornou uma das maiores ameaças causadas principalmente em decorrência da emissão de gases de efeito estufa.

Dessa forma, com o objetivo de controlar os impactos nas mudanças, o objetivo principal da litigância climática é pressionar governos e empresas a adotar medidas mais ambiciosas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e proteger o meio ambiente.

Nesse sentido, a Advocacia Geral da União, o Ministério Público e a Defensoria Pública, precisam ser efetivos na responsabilização individual ou coletiva para garantir a prestação de contas públicas ou empresariais, bem como na efetivação de políticas públicas capazes de gerar o enfrentamento desses fatores.

Apesar dos desafios e limitações, a litigância climática no Brasil tem um futuro promissor. As instituições envolvidas estão trabalhando em estreita colaboração para fortalecer a litigância climática e proteger o meio ambiente e os direitos humanos afetados pelas mudanças climáticas. Além disso, a litigância climática também tem o potencial de influenciar a política pública e a legislação ambiental no Brasil, ajudando a garantir que o país esteja melhor preparado para enfrentar as mudanças climáticas.

3. Conclusão

A litigância climática no Brasil é um fenômeno em constante evolução, com os gabinetes específicos do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Geral da União trabalhando em conjunto para proteger o meio ambiente e os direitos humanos afetados pelas mudanças climáticas. Embora a construção da litigância climática no Brasil enfrente desafios e limitações, a cooperação entre as instituições envolvidas e a determinação em proteger o meio ambiente e os direitos humanos garantem que o futuro da litigância climática no Brasil seja promissor.

Referências bibliográficas

- FERREIRA, Vivian M. *et al.* **Manual de litigância climática: estratégias de defesa do clima estável para o Ministério Público.** ABRAMPA, Belo Horizonte-MG, v.1, 12-19, 2022-ABRAMPA PELO CLIMA.
- MOREIRA, Danielle. *et al.* **Litigância Climática no Brasil: argumentos jurídicos para a inserção da variável climática no licenciamento ambiental.** Danielle de Andrade Moreira, coordenação, Rio de Janeiro-RJ, II, 34-35, jun.2021. PUC-Rio.
- PEREIRA, Diego. 2022. Litigância Climática: como solucionar conflitos por meio da justiça climática. **Revista AGU**, Brasília-DF, v.21, n.03, 57-86, jul-set. 2022-DOSSIÊ.